



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E RESULTADOS

ANO BASE 2025

Comissão de Pesquisas Judiciárias (CPJ)

Porto Velho, RO
Janeiro / 2026

1. FINALIDADE DO COLEGIADO	3
2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)	3
3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS	3
3.1 Produção Científica e Participação no 3º Congresso Nacional de Pesquisa Judiciária:	3
3.2 Implementação da Pesquisa sobre Assédio e Discriminação	4
3.3 Gestão de Dados Estratégicos para o Ranking da Transparência 2025	4

RELATÓRIO DE RESULTADOS DO COLEGIADO

1. FINALIDADE DO COLEGIADO

Objetivo Institucional: A Comissão de Pesquisas Judiciárias (CPJ) tem por finalidade gerir dados e estatísticas, além de fomentar a produção de pesquisas judiciais que subsidiem o planejamento estratégico e a tomada de decisões baseada em evidências. Atua em alinhamento com a Rede de Pesquisas Judiciárias (RPJ), buscando a melhoria contínua da gestão judiciária por meio do rigor científico e da análise de dados.

Norma de Criação: Instituída pela Resolução Administrativa nº 058/2022. A designação de seus membros titulares foi formalizada pela Portaria GP nº 813/2022.

Periodicidade Prevista: Atuação contínua e permanente, com reuniões periódicas para validação de indicadores e coordenação de projetos de pesquisa.

2. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (ANO ANTERIOR - 2025)

Durante o ano de 2025, a CPJ manteve uma agenda ativa de coordenação técnica, destacando-se os seguintes marcos:

Fluxo Mensal: Monitoramento de dados estatísticos e saneamento de bases para o Ranking da Transparência e Prêmio CNJ de Qualidade.

Junho a Agosto/2025: Período de produção científica, submissão e seleção de trabalhos para intercâmbio institucional.

27, 28 e 29 de Agosto de 2025: Representação do Tribunal no 3º Congresso Nacional de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho.

3. PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Produção Científica e Participação no 3º Congresso Nacional de Pesquisa Judiciária:

Referência: Conforme Edital CPJ nº 01/2025 e Lista de Trabalhos Selecionados (TST/CSJT).

Contextualização e Justificativa: A participação neste evento de cúpula é vital para alinhar o TRT14 às metodologias mais recentes de Ciência de Dados e Inteligência Artificial aplicadas ao Direito.

Descrição da Atuação: A Comissão articulou a submissão e obteve a

aprovação para apresentação do trabalho técnico desenvolvido por membros da Alta Gestão do Tribunal. O artigo foi elaborado de forma colaborativa pelos seguintes autores:

1. Des. Ilson Alves Pequeno Junior (Presidente do Tribunal);
2. Fernanda Antunes Marques Junqueira (Juíza Auxiliar da Presidência);
3. Weslei Maycon Maltezo (Secretário de Governança e Gestão Estratégica).

A apresentação deste trabalho no evento nacional (realizado em Brasília/DF entre 27 e 29 de agosto de 2025) reforça o compromisso da CPJ com a gestão baseada em evidências. A participação permitiu demonstrar as práticas de governança do Regional e absorver metodologias de Ciência de Dados e Inteligência Artificial que podem ser aplicadas para otimizar a prestação jurisdicional e a eficiência administrativa do TRT14.

3.2 Implementação da Pesquisa sobre Assédio e Discriminação

Referência: Registrado no PROAD 3153/2022 (Informação nº 119 e Certidão nº 123).

Contextualização e Justificativa: Identificação de riscos psicossociais e cumprimento de metas nacionais de saúde ocupacional estabelecidas pelo CNJ.

Descrição da Atuação: A CPJ subsidiou tecnicamente a aplicação metodológica da pesquisa e a posterior consolidação dos dados de 2024/2025. O resultado gerou um diagnóstico institucional que orienta o Comitê de Combate ao Assédio na formulação de políticas preventivas, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e inclusivo.

3.3 Gestão de Dados Estratégicos para o Ranking da Transparência 2025

Referência: Informação nº 10 (SGE) e despachos de 2025 (PROAD 3153/2022).

Contextualização e Justificativa: A precisão dos dados estatísticos é condição fundamental para a transparência ativa e para o cumprimento da Resolução CNJ nº 462/2022.

Descrição da Atuação: A Comissão atuou na supervisão da qualidade da base de dados enviada aos sistemas nacionais. Esta atuação garantiu que o TRT14 mantivesse sua posição de destaque nos indicadores de transparência, assegurando que o cidadão tenha acesso a informações confiáveis sobre a produtividade e a gestão financeira do Tribunal.